

Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 2**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-131-2

DOI 10.22533/at.ed.312191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume, apresentamos 19 trabalhos que discutem sobre a percepção, processos e estratégias de estudos direcionados a compreender as pessoas em relação ao produto desenvolvido. São artigos recentes que demonstram pontos a serem observados sobre o empreendimento para o seu sucesso.

Conhecer a percepção dos produtos por parte do consumidor é uma estratégia fundamental no agronegócio. Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, aplicando conhecimento das ciências sociais é a proposta destes trabalhos.

Espero que a leitura desses artigos contribua para o seu conhecimento.

Aproveite ao máximo as reflexões e os resultados deste volume.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E MARCAS DE CERTIFICAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE DO RIO GRANDE DO SUL	
<i>Kelly Lissandra Bruch</i> <i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918021	
CAPÍTULO 2	23
OS FATORES DE INFLUENCIA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA LIVRE DE SANTA ROSA/RS	
<i>Carlos Thomé</i> <i>Dionéia Dalcin</i> <i>Lidiane Kasper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918022	
CAPÍTULO 3	43
PERCEPÇÕES DO CONSUMIDOR SOBRE O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF): O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM ASSIS/SP	
<i>Mara Elena Bereta de Godoi Pereira</i> <i>Silvia Cristina Vieira Gomes</i> <i>Liliane Ubeda Morandi Rotoli</i> <i>Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani</i> <i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918023	
CAPÍTULO 4	59
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	
<i>Paulo Henrique de Lima Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918024	
CAPÍTULO 5	75
APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS	
<i>Mirian Fabiane Strate</i> <i>Maitê Luize Schumann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918025	
CAPÍTULO 6	88
APL DE FLORES DA SERRA DA IBIAPABA NO CEARÁ: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, PROCESSOS DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO	
<i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Elda Fontinele Tahim</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i> <i>Anne Graça de Sousa Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918026	

CAPÍTULO 7 104

MARCA: ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES NO SEGMENTO DE REDES DE CAFETERIAS

Jaqueline Carolino
Patrícia Pereira Peralta
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho
Vera Lucia de Souza Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.3121918027

CAPÍTULO 8 119

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS DE PESQUISADORES DA REDESIST

José Maria Cardoso Sacramento
Glauco Schultz

DOI 10.22533/at.ed.3121918028

CAPÍTULO 9 136

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA À PRODUÇÃO DE FUMO?

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.3121918029

CAPÍTULO 10 151

BIOCOMBUSTÍVEIS COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL À PRODUÇÃO DE FUMO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PROTOCOLADOS PELA AFUBRA

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.31219180210

CAPÍTULO 11 165

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E MATO GROSSO

José Roberto Rambo
Raphael Fernando Diniz
Antonio Nivaldo Hespanhol
Antonio Lázaro Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.31219180211

CAPÍTULO 12 183

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PROTOCOLO AGROAMBIENTAL

Edenis Cesar de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31219180212

CAPÍTULO 13 201

PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari

DOI 10.22533/at.ed.31219180213

CAPÍTULO 14 217

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari
Tatiana Aparecida Balem
Ethyene de Oliveira Alves
Walesca Piovesan Winch
Guilherme dos Santos Schmelig

DOI 10.22533/at.ed.31219180214

CAPÍTULO 15 238

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho
Adonias Vidal de Medeiros Júnior
Meire Eugênia Duarte
Gerlânia Maria Rocha Sousa
Fábio Lúcio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31219180215

CAPÍTULO 16 254

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECIMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves
Laila Ferreira dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.31219180216

CAPÍTULO 17 270

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus
Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31219180217

CAPÍTULO 18 289

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich
Nathalia Lima Pinto
Jeniffer Hübner

DOI 10.22533/at.ed.31219180218

CAPÍTULO 19 306

BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA SEM O USO DE ANTIBIÓTICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Cleverson Percio
Daniel Augusto Barreta
Edpool Rocha Silva
Claiton André Zotti

DOI 10.22533/at.ed.31219180219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 322

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de
Economia e Relações Internacionais – IERI/UFU.

Uberlândia-MG

Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

Universidade Federal de Campina Grande,
Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia
Ambiental.

Pombal-PB.

RESUMO: Este trabalho busca investigar se o Pronat e o PTC têm contribuído para reduzir as desigualdades territoriais do Rio Grande do Norte. Assim, tem-se como objetivo geral verificar se a indução governamental para a constituição de arranjos socioprodutivos em territórios rurais no estado tem sido bem sucedida, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, em termos socioeconômicos, propiciando o desenvolvimento territorial com inclusão social e econômica. Os dados secundários foram obtidos a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano, do Portal Transparência e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), o que permitiu, por meio de tabulações e de média ponderada, calcular informações territoriais para análise. Os resultados evidenciam que, em termos sociais, nos territórios mais pobres ocorreu lenta redução de assimetrias regionais, entretanto, o desempenho econômico ficou aquém da média estadual. Conclui-se, portanto,

que estes territórios reclamam maior atenção quanto aos investimentos realizados.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento territorial rural. Políticas territoriais rurais. Rio Grande do Norte.

ABSTRACT: This paper seeks to investigate whether the Pronat and PTC have contributed to reduce territorial inequalities of Rio Grande do Norte. Thus, it has been designed to ensure that the General Government induction for the constitution of socioproduktives arrangements in rural areas in the State have been successful, in the sense of reducing regional asymmetries, in socioeconomic terms, allowing the territorial development with social and economic inclusion. The secondary data were obtained from the Atlas de Desenvolvimento Humano, the Portal Transparência and of the Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), allowing, by means of tabs and weighted average, calculate territorial information for analysis. The results show that, in social terms, in the poorest territories slow reduction of regional imbalances occurred, however, the economic performance fell short of the State media. It is therefore concluded that these territories are demanding greater attention to investments made.

KEYWORDS: Rural territorial development. Rural territorial policies. Rio Grande do Norte.

1 | INTRODUÇÃO

O enfoque territorial vem se constituindo como uma importante estratégia das políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Mais do que simples delimitações geográficas, a ideia de território abrange um espaço constituído de identidades culturais, relações sociais, aspectos políticos e econômicos. Nesse contexto, o território apresenta-se como uma importante abordagem para a construção de espaços de concertação social e criação de arranjos socioprodutivos locais com vistas a reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento.

No Brasil, a institucionalização do enfoque territorial se deu, de fato, no Governo Lula, com as criações, em 2003, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), e, em 2008, do Programa Territórios da Cidadania (PTC). O Rio Grande do Norte vem se constituindo como um dos estados mais beneficiados pelas políticas territoriais, o que suscita, após uma década dessas ações, avaliar seus resultados.

Este trabalho tem como objetivo geral verificar se a indução governamental para a constituição de arranjos socioprodutivos em territórios rurais do Rio Grande do Norte tem sido bem sucedida, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, em termos socioeconômicos, propiciando o desenvolvimento territorial com inclusão social e econômica.

No que diz respeito à análise de resultados, faz-se uso de dados secundários disponíveis sobre a realidade socioeconômica dos municípios potiguares envolvidos, agregando a nível territorial. Para uma melhor compreensão das dinâmicas territoriais, calculam-se informações territoriais a partir da média ponderada de cada composição territorial. Os dados secundários foram obtidos a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Portal Transparência, mantido pelo governo federal.

Além desta breve introdução, o trabalho possui mais três seções. Na primeira, procura-se discutir o enfoque territorial do desenvolvimento rural. Na segunda, busca-se tecer comentários sobre as atuais políticas territoriais rurais do Brasil. A terceira consiste na caracterização socioeconômica dos territórios do Rio Grande do Norte. Por fim, têm-se as principais conclusões do estudo.

2 | A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE TEÓRICO

O território vem sendo tratado como uma importante estratégia de ação das políticas públicas para a construção de um processo de desenvolvimento pautado no protagonismo dos atores locais. Do ponto de vista teórico, o enfoque territorial foi fomentado pelos estudos acerca da Terceira Itália, desenvolvidos a partir do final dos anos 1970. Na contramão do Norte desenvolvido (Primeira Itália), que estava passando

por uma grave crise econômica, e do Sul atrasado (Segunda Itália), o Nordeste do país (Terceira Itália), caracterizado por um conjunto de pequenas e médias empresas, estava apresentando elevadas taxas de crescimento econômico, o que motivava a investigação das causas desse processo (ORTEGA, 2008).

Conforme destaca Bagnasco (1999), esse processo ocorreu sem a indução de políticas públicas específicas. Na verdade, as causas, segundo o autor, residiram na questão cultural, na confiança e reciprocidade, na flexibilização da relação capital-trabalho, no crescimento da demanda mundial por bens de consumo, no progresso tecnológico e na interação rural-urbano. Sintetizando esse raciocínio, Putnam (2000) entende que foi a presença do elevado capital social, conceituado pelo autor como o conjunto de características da organização social (confiança, normas e sistemas) que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar ações coordenadas, o determinante para o desenvolvimento da Terceira Itália.

Do ponto de vista político, o enfoque territorial, em especial o seu componente de descentralização, é fomentado pelas recomendações das agências multilaterais, sobretudo pelo Banco Mundial. Com a crise capitalista nas economias latino-americanas, nos anos 1980, o Banco Mundial passou a recomendar um ajuste estrutural das economias dos países credores, principalmente via políticas restritivas e redução do poder do tamanho do Estado. Nesse sentido, a temática emerge na agenda e no pacote de reformas do Banco como peça fundamental para desonerar o orçamento do Estado e promover um maior controle social.

Os “conselhos” do Banco Mundial em prol do ajuste das economias periféricas têm início na década precedente, mas é com o Consenso de Washington, na década de 1990, que as prescrições em torno da ideologia neoliberal passaram a ser amplamente difundidas. Segundo Pereira (2009), uma das estratégias utilizadas pelo Banco Mundial para consolidar o novo aparato liberal consistiu na redefinição da forma pela qual as reformas estruturais deveriam ser governadas, associada ao protagonismo da sociedade civil na esfera da elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas.

Ortega (2007) enumera quatro motivos que fizeram com que o enfoque territorial despertasse o interesse no Brasil, são eles: (i) o fortalecimento das forças locais na luta pela redemocratização do país; (ii) a Constituição de 1988, que proporcionou uma maior descentralização das políticas públicas vis-à-vis criação de espaços de concertação social; (iii) a desregulamentação da economia; e (iv) as orientações das agências multilaterais, principalmente por recomendarem “a indução de arranjos socioprodutivos locais, que, de maneira autônoma e endógena, deveriam buscar o desenvolvimento, desobrigando o Estado de ações intervencionistas” (ORTEGA, 2007, p. 281).

Adentrando ainda mais no cerne da questão deste trabalho, torna-se importante destacar que o enfoque territorial vem se constituindo como um importante instrumento das políticas de desenvolvimento rural. Com base em Ortega (2008), pode-se inferir

que o foco no meio rural brasileiro deve-se a presença de municípios com níveis baixos de crescimento e desenvolvimento, bem como pela existência de fracos indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) e de capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial), o que os caracterizam como territórios rurais deprimidos.

É neste contexto que emerge o enfoque territorial do desenvolvimento rural, isto é, procurando superar dicotomias a partir de uma análise mais integrada e multidimensional, bem como incorporando as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas nos espaços. Apesar dessas contribuições, é importante tratá-lo não como uma panaceia, que emerge apenas da vontade dos atores locais ou da existência do capital social, mas sim como um processo pautado na participação efetiva do Estado, tanto na constituição de uma infraestrutura básica, como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos atores sociais locais.

3 | BREVE RESGATE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL

A partir do início do governo Lula, é possível identificar uma maior valorização do enfoque territorial como instrumento de ação para o desenvolvimento rural. Esse processo ocorreu mediante a criação, em 2003, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A SDT tinha como objetivo promover ações descentralizadas e fomentar os potenciais endógenos locais com vistas a superar a pobreza e o baixo dinamismo socioeconômico no meio rural sob a égide de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Segundo a própria SDT, conforme destaca Leite (2010), o foco no território se justifica pelos seguintes aspectos: (i) o rural não se resume ao agrícola; (ii) insuficiências analíticas e operacionais da escala municipal e estadual para a promoção do desenvolvimento; (iii) a necessidade de descentralização das políticas públicas; e (iv) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre os atores, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Para operacionalizar essa estratégia, a SDT criou, em 2003, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). Além de induzir arranjos socioprodutivos no âmbito territorial, o Pronat se articula por meio de arranjos verticais, desde o nível federal ao local, através de um comitê nacional gestor, comitês de articulação estadual e os colegiados/conselhos em nível territorial, em uma perspectiva do planejamento que contempla múltiplas dimensões, tais como a social, econômica, regional, ambiental e democrática. Sob essa orientação, começaram a ser criados, em 2003, os Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (os Territórios Rurais), que totalizam, até o presente momento, 239.

No âmbito dos Territórios Rurais, outro programa de cunho territorial foi

desenvolvido. Trata-se do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que foi instituído em 2008 sob a justificativa de que “alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros e, com isso, necessitavam de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas” (LEITE, 2010, p. 115).

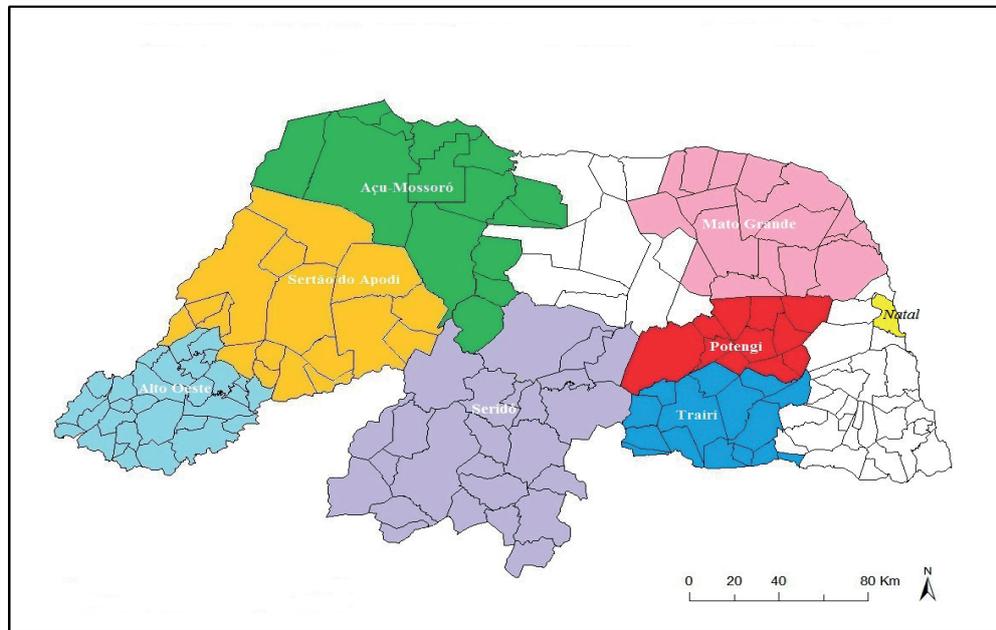
Partindo do mesmo enfoque do Pronat, o PTC tem como objetivo superar a pobreza rural através de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Para atingir esse objetivo, o governo julga como necessária a inclusão produtiva da população pobre desses territórios, o que deve ocorrer mediante o planejamento e integração de políticas públicas, busca da universalização de programas básicos de cidadania e ampliação da participação social (ORTEGA, 2008). Até o presente momento, o PTC implantou 120 territórios, abarcando 1.830 municípios brasileiros. A seguir, analisam-se alguns resultados dessas políticas no Rio Grande do Norte.

4 | TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS: DISCUSSÃO DE ALGUNS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

No Rio Grande do Norte, foram implantados dez Territórios Rurais, abarcando os 167 municípios do estado, são eles: (i) Trairi; (ii) Sertão do Apodi; (iii) Mato Grande; (iv) Açu-Mossoró; (v) Alto Oeste; (vi) Potengi; (vii) Seridó; (viii) Agreste Litoral Sul; (ix) Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; e (x) Potiguaras. Entretanto, como a incorporação desses três últimos é recente, optou-se por trabalhar apenas com os sete primeiros, que estão representados no Mapa 1. Desses sete territórios, apenas o Território do Trairi não foi incorporado pelo Programa Territórios da Cidadania.

É importante salientar que as duas áreas em branco no Mapa 1 concentram 39 municípios dos quais 19 possuem baixo IDH e que foram incorporados recentemente aos Territórios Rurais, mas possuem carências socioeconômicas que exigem a inclusão também nos Territórios da Cidadania, algo que ainda não ocorreu.

A Tabela 1 sintetiza o número de municípios potiguares participantes por território e suas dinâmicas populacionais. Uma primeira observação diz respeito à grande variação no número de municípios que compõem estes territórios, variando desde 11 municípios, como é o caso do Território Potengi, até 30, como é o caso do Território Alto Oeste. Por um lado, um número elevado de municípios pode ser positivo ao gerar acúmulo de “lideranças” em torno de projetos comuns e ao criar escala na produção no mercado local. Por outro lado, pode impor vários fatores limitantes, tais como um elevado número de membros para as assembleias e as suas devidas deliberações, com custos altos em um ambiente potencialmente conflitivo para as decisões.



Mapa 1 – Territórios Rurais induzidos pelo governo federal no Rio Grande do Norte.

Fonte: Base Cartográfica do IBGE com modificações pelos autores.

Outra observação refere-se à dimensão dos territórios. Existe diversidade em cada um dos sete territórios induzidos por políticas públicas. Três deles são relativamente pequenos (inferior a 4,05 mil km²), um supera os 5,9 mil km², e três estão acima dos 8 mil km², sendo que o Território Seridó, o maior deles, atinge 10,7 mil km² (Tabela 1). Aqui, vale ressaltar que uma maior extensão territorial dificulta o processo de governança no interior dos conselhos.

Quanto à densidade populacional, somente um território, Sertão do Apodi (19,22 hab./km²), possui densidade menor que a brasileira (22,40 hab./km²), enquanto Açú-Mossoró registra a maior densidade, 56,82 hab./km², inferior a do estado (59,99 hab./km²), sendo este o território mais populoso, com 455.521 habitantes (Tabela 1), o que se deve em grande medida pela presença do município de Mossoró, com 259.815 habitantes e uma densidade de 123,76 hab./km². A densidade média dos territórios é 36,40 hab./km², bem inferior a estadual, reforçando a caracterização de territórios rurais.

Neste cenário, mantendo-se o critério do IBGE para o recorte entre urbano e rural, os dados da Tabela 1 revelam grande peso da população rural nesses territórios. Enquanto o Rio Grande do Norte possui 22,19% da população residindo no meio rural, seis territórios possuem entre 23,89%, como é o caso do Território Seridó, até 51,47%, como é o caso do Território Mato Grande. Apenas o território Açú-Mossoró possui percentual inferior, com 19,09%, em virtude da presença de Mossoró. Como resultado, 31,01% da população dos territórios induzidos vivem no meio rural, percentagem quase duplicada em relação ao Brasil (15,6%), o que justifica políticas específicas para essa população.

Territórios	Número de municípios	População 2010				Área total	Habitantes por km ²
		Total	Urbana	Rural			
			Total	Total	%		
Trairi	15	141.866	93.901	47.965	33,81	3.064,9	46,29
Sertão do Apodi	17	157.203	101.420	55.783	35,48	8.177,8	19,22
Mato Grande	16	226.714	110.022	116.692	51,47	5.956,2	38,06
Açu-Mossoró	14	455.521	368.552	86.969	19,09	8.017,0	56,82
Alto Oeste	30	196.291	127.158	69.133	35,22	4.045,9	48,52
Potengi	11	80.482	45.776	34.706	43,12	2.631,8	30,58
Seridó	25	295.726	225.066	70.660	23,89	10.796,5	27,39
Total Territórios	128	1.553.803	1.071.895	481.908	31,01	42.690,1	36,40
Rio Grande do Norte	167	3.168.027	2.464.991	703.036	22,19	52.810,2	59,99
Brasil	-	190.755.799	160.925.792	29.830.007	15,64	8.515.767,0	22,40

Tabela 1 – Municípios, população 2010, área total e densidade nos Territórios potiguares.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Tratando-se da Tabela 2, percebe-se, de modo geral, que, na década de 2000, três territórios registraram crescimento da população rural (Açu-Mossoró apresentou uma taxa expressiva de 2,60% a/a) e quatro com taxas negativas, três deles em um ritmo menor que na década de 1990. Nesse sentido, pode-se inferir que as políticas de desenvolvimento territorial rural podem ter contribuído para reduzir o ritmo da migração rural, mas ainda não conseguiram acabar com a migração da população rural para o meio urbano e vem contribuindo para manter parte da população nos núcleos urbanos dos pequenos municípios. Dos 128 municípios analisados nesses territórios, 97 apresentaram crescimento da população total entre 2000 e 2010, numa taxa média de 1,08%. Por sua vez, 51 municípios apresentaram crescimento da população rural, no mesmo período, a uma taxa média de 1,43%. Esta realidade é bastante distinta do país, que apresenta queda da população rural (Tabela 2).

Para compreender melhor a realidade dos territórios potiguares, procurou-se realizar uma avaliação a partir do IDH. No estado do Rio Grande do Norte, o IDH atingiu 0,684 em 2010, considerado médio, tendo em vista que o do Brasil é de 0,727, considerado alto (Gráfico 1). Dos 167 municípios do estado, 70 (41,92%) possuem IDH considerado baixo, outros 93 (55,69%) possuem IDH médio e apenas quatro (2,39%) possuem IDH alto. Enquanto isso, dos 128 municípios pertencentes aos territórios induzidos por políticas públicas, 51 (39,84%) estão na faixa do IDH baixo, 75 (58,59%) na faixa IDH médio e apenas 2 (1,56%) estão na faixa do alto IDH.

Territórios	Taxa Anual de Crescimento (%)					
	1991 - 2000			2000 - 2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Trairi	0,75	2,28	-1,38	1,18	1,74	0,17
Sertão do Apodi	0,29	1,40	-1,09	-0,01	0,99	-1,59
Mato Grande	1,82	2,46	1,26	0,97	1,09	0,85
Açu-Mossoró	1,20	1,88	-1,51	1,76	1,57	2,60
Alto Oeste	0,47	2,27	-1,68	0,60	1,48	-0,83
Potengi	1,06	2,92	-0,53	0,92	2,15	-0,48
Seridó	0,86	1,87	-1,33	0,47	1,06	-1,17
Total Territórios	0,97	2,01	-0,80	0,96	1,38	0,08
Rio Grande do Norte	1,56	2,23	-0,10	1,33	1,93	-0,51
Brasil	1,63	2,45	-1,30	1,17	1,55	-0,65

Tabela 2 – Taxa de crescimento populacional dos territórios potiguares entre 1991 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

O Gráfico 1 ajuda a compreender melhor o comportamento e a evolução do IDH nas duas últimas décadas. Observa-se que o IDH territorial dos sete territórios fica abaixo do IDH do Rio Grande do Norte (0,684), porém, pelo comportamento das curvas, seis territórios vêm apresentando crescimento médio dos indicadores do IDH um pouco acima da média do estado, o que propiciou reduzir a diferença entre 12,4% e 22% no período. A exceção ocorreu no Território Açu-Mossoró, que acompanhou a trajetória do estado, reduzindo a diferença em apenas 2% e se igualando ao estado em 2010.

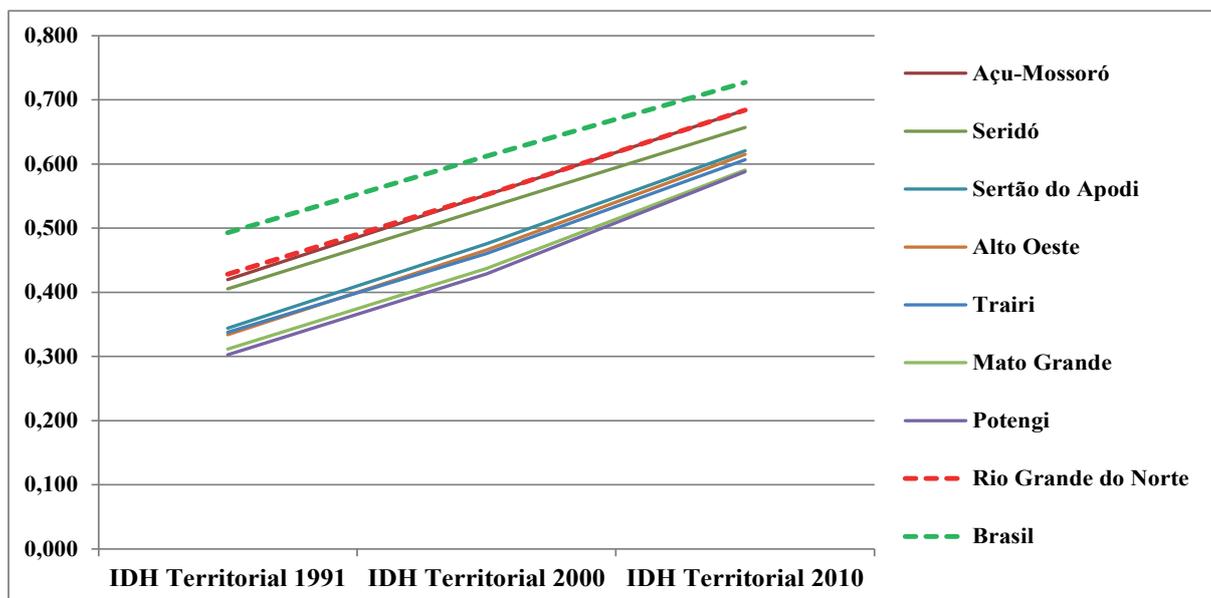


Gráfico 1 – Comportamento do IDH nos sete territórios do estado entre 1991 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Dados tabulados pelos autores.

Apesar dessa evolução, torna-se importante lembrar que, dentre os sete territórios

induzidos, dois apresentam baixo IDH e os sete apresentam IDH abaixo da média estadual (0,684), suscitando assim uma atenção maior das políticas públicas.

Por fim, observam-se algumas heterogeneidades entre os territórios. No caso do Açu-Mossoró, por exemplo, a presença de Mossoró, com IDH municipal de 0,720, eleva o IDH territorial ao patamar estadual, mas quando o município é excluído, o IDH territorial cai para 0,636. No Caso do Território Seridó, a presença do município de Caicó, com IDH 0,710, não provoca grande variação dado que seu peso populacional é pequeno.

O aumento do IDH nos territórios pode ser melhor explicado pela melhora de alguns indicadores, dentre os quais, a longevidade, renda e educação. O componente longevidade é o de maior valor entre esses três subíndices, o que se deu, dentre outros fatores, pela ampliação da expectativa de vida registrada nesses municípios de dinâmica econômica deprimida. Neles, a expectativa de vida média parte de 57 anos, em 1991, para alcançar 70 anos em 2010.

Contribuiu, ainda, para o desempenho do componente longevidade, a redução da taxa de mortalidade infantil. De acordo com os dados do Gráfico 2, percebe-se uma queda entre 1991 e 2010 da mortalidade infantil, de modo que os municípios pertencentes a cinco territórios passaram de um patamar de 70 a 81 mortos por mil nascidos, em 1991, para um patamar entre 24 a 30, em 2010, aproximando-se da média potiguar. Um número ainda bem acima da média nacional, que é de 16,7 mortos por mil nascidos.

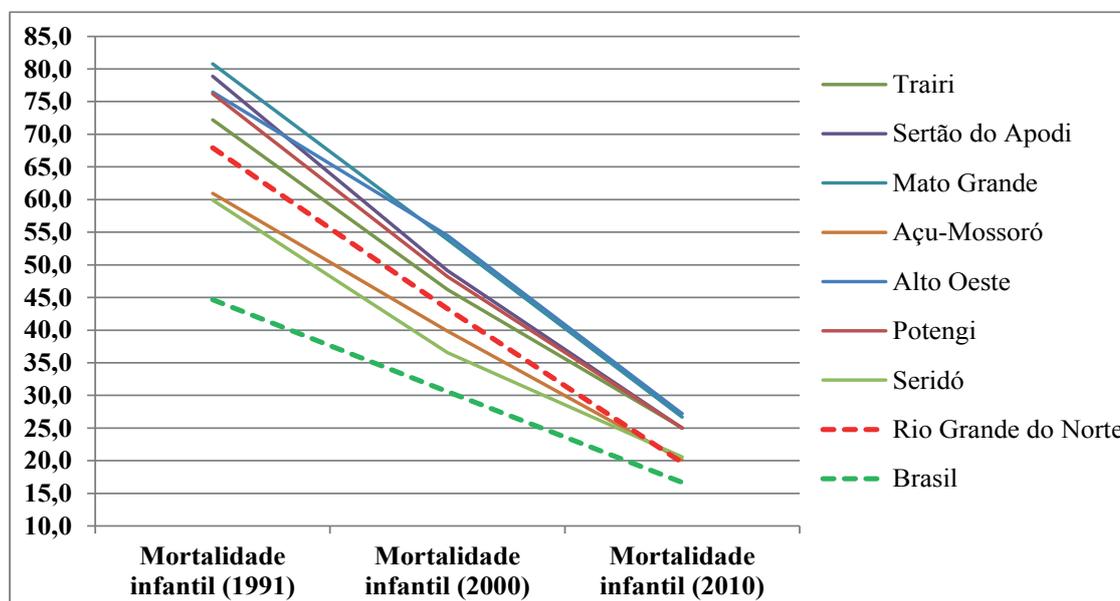


Gráfico 2 – Taxa de Mortalidade Infantil nos territórios e no estado entre 1991 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Dados tabulados pelos autores.

Analisando-se as habitações da população que reside nesses territórios, pode-se verificar sensíveis melhorias, muito em função de uma série de políticas públicas, antes distantes de parte dessa população, que vem sendo implantadas nesses

territórios. Esse é o caso da energia elétrica, serviço público que, em 2010, estava presente em 99,36% das habitações potiguaras (Gráfico 3), percentual pouco superior a média brasileira. Os sete territórios analisados possuíam, em 1991, mais de 60% das habitações com energia elétrica, com trajetória de crescimento. Tratando-se do ano de 2010, o menor percentual encontra-se no território Sertão do Apodi, que apresenta 98,64%.

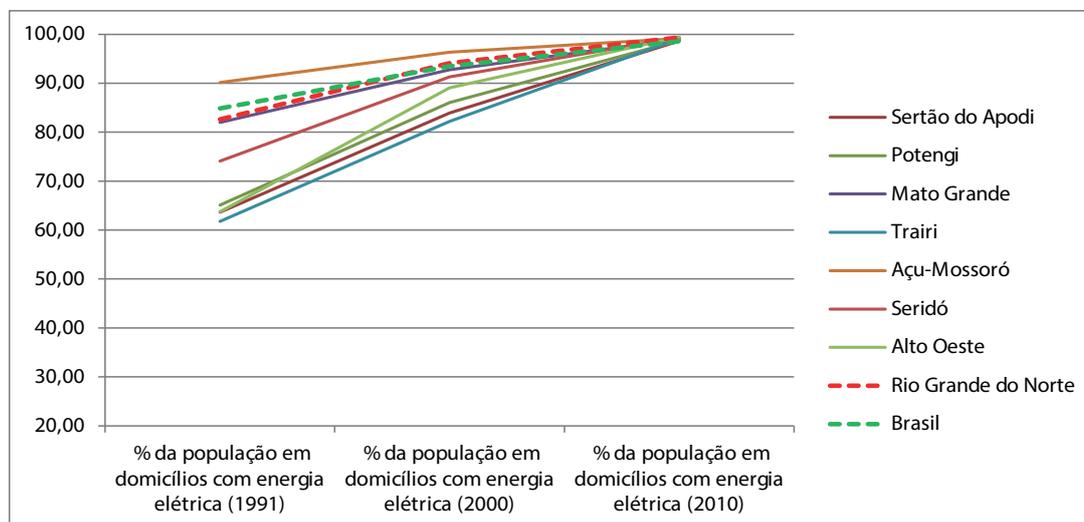


Gráfico 3 – Domicílios com energia elétrica nos territórios, no estado e no Brasil entre 1991 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Dados tabulados pelos autores.

Ainda em relação aos domicílios, a trajetória dos serviços públicos (água encanada e coleta de lixo) continua crescendo em um ritmo acima da média do estado, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), fazendo com que os territórios venham se aproximando da média estadual. No caso da coleta de lixo, cinco territórios apresentavam taxa de coleta inferior a 70% no ano de 1991, serviço que avançou ao longo das duas décadas analisadas e atingiu o patamar mínimo de 95,37% das residências no território Alto Oeste.

Já os domicílios com banheiro e água encanada vêm apresentando crescimento acima da média, especialmente nos anos 2000 e nos territórios com piores IDHs, como pode ser visualizado para os territórios Potengi e Sertão do Apodi, que abrangiam menos de 20% dos domicílios, em 1991, passa a 30%, em 2000, e chega ao patamar dos 60%, em 2010 (Gráfico 4). Nesse caso, mesmo com a melhora na década de 2000, o que propicia melhor qualidade de vida para a população local, cinco territórios ainda estão distantes da média estadual, que é de 85,06%, um pouco abaixo da brasileira, indicando que os municípios desses territórios ainda tem um longo caminho para se desenvolverem.

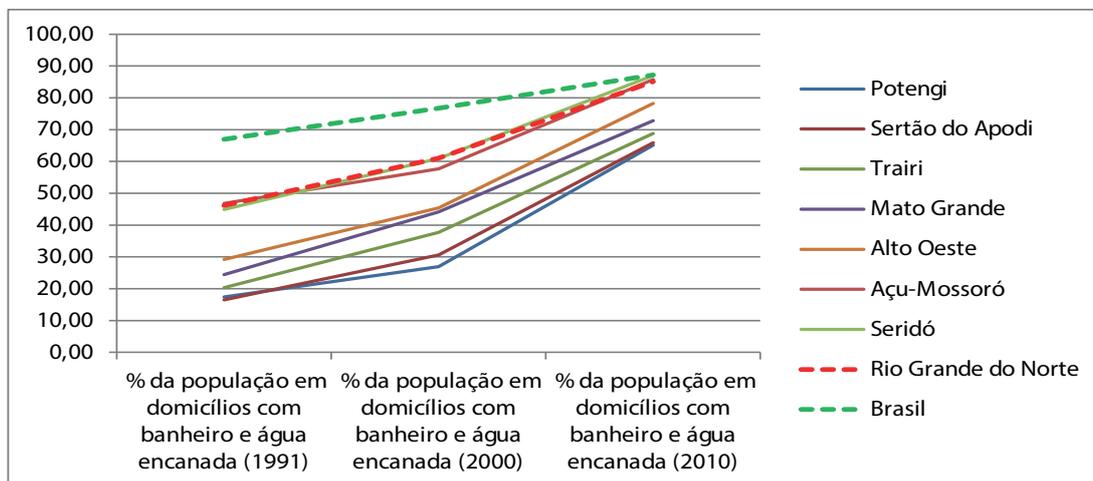


Gráfico 4 – Domicílios com banheiro e água encanada nos territórios, no estado e no Brasil entre 1991 e 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). Dados tabulados pelos autores.

Tratando-se dos dados da educação do estado, vale destacar que esses se apresentam de forma inferior aos do Brasil. Além disso, todos os territórios apresentam dados educacionais inferiores ao do estado, porém com uma trajetória ascendente. Tais dados revelam queda no percentual de analfabetos, aumento na expectativa de anos de estudo, aumento do percentual de adultos que concluíram o ensino médio e aumento de adultos com ensino superior.

O Território Potengi apresentou os piores dados, dentre os quais, a maior taxa de analfabetismo, a menor expectativa de anos de estudo e o menor percentual de 18 anos ou mais com ensino médio completo (18,96%) no ano de 2010. Além disso, neste Território, apenas 3,10% da população com 25 anos ou mais possui ensino superior completo, ficando muito aquém da média estadual, que já é baixa.

O tempo de escolaridade elevou-se no período analisado. Em 1991, os territórios induzidos apresentavam tempo menor que o Rio Grande do Norte (7,51 anos), com destaque para o Alto Oeste (apenas 6,43 anos). Já em 2010, aumenta-se o tempo médio na escola no estado (9,54 anos). Esse movimento foi acompanhado por todos os territórios, inclusive com Seridó e Açu-Mossoró superando esse tempo médio. De caráter não menos importante, esses dados vêm impactando positivamente no aumento de pessoas com obtenção de ensino superior nesses territórios.

Territórios	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais			Expectativa de anos de estudo			% de 18 anos ou mais com médio completo			% de 25 anos ou mais com superior completo		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Potengi	55,80	40,98	31,43	6,93	7,31	8,95	3,71	7,65	18,96	0,23	0,36	3,10
Trairi	53,90	40,78	31,11	7,21	7,96	9,48	7,32	11,70	22,28	0,52	1,02	3,81
Mato Grande	53,50	38,70	28,64	6,53	7,48	9,02	5,14	8,93	19,32	0,42	0,68	3,44
Alto Oeste	48,10	36,85	28,58	6,43	8,13	9,52	8,49	11,78	22,26	1,92	2,48	4,83
Sertão do Apodi	46,97	36,04	28,30	6,62	8,30	9,47	9,31	13,14	23,94	1,60	1,87	4,58
Seridó	39,93	29,93	22,24	7,44	8,81	9,70	10,40	15,36	27,56	1,72	2,64	5,44
Açu-Mossoró	36,72	26,33	19,24	7,51	8,82	9,77	14,02	19,60	33,46	4,58	5,19	7,37
Rio Grande do Norte	37,80	27,21	19,74	7,51	8,56	9,54	14,62	20,30	33,75	3,81	4,64	8,32
Brasil	20,88	14,50	10,19	8,16	8,76	9,54	17,91	24,67	37,89	5,75	6,77	11,27

Tabela 3 – Informações sobre educação da população nos territórios.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

O tempo médio na escola, registrado pela expectativa de anos de estudo, que progrediu dois anos no período, é um bom indicador de que as políticas educacionais vêm avançando nesses espaços. As ações governamentais nos três níveis de governo, que tem propiciado, dentre outras ações, a reforma e ampliação das escolas e a melhoria das condições de transportes dos estudantes na zona rural, parecem estar sendo relativamente bem sucedidas. Nesse sentido, programas como o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), Caminho da Escola e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) asseguraram recursos para a melhoria da infraestrutura educacional nos pequenos municípios.

Analisando-se outras informações socioeconômicas extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano, tornam-se evidentes algumas transformações que corroboram o baixo IDH nos territórios, mas também evidenciam certa melhora ao longo dos últimos vinte anos. Neste cenário, a partir dos resultados sintetizados no Gráfico 5, pode-se concluir que todos os sete territórios apresentam renda per capita inferior à média estadual ao longo das duas últimas décadas, o que, por sua vez, é bem inferior a brasileira. Em 1991, enquanto a renda per capita do Brasil foi de R\$ 447,56 e a do Rio Grande do Norte foi de R\$ 240,93, a dos sete territórios variou entre R\$ 102,93 (Potengi) e R\$ 211,98 (Açu-Mossoró).

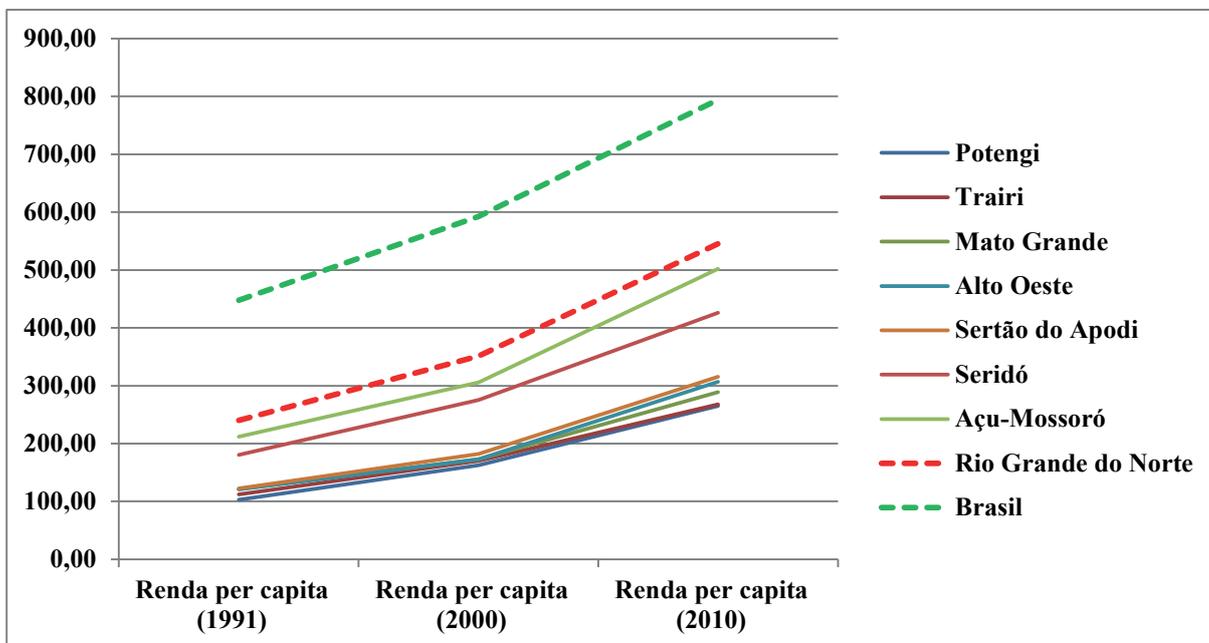


Gráfico 5 – Renda per capita entre 1991 e 2010 nos territórios do Rio Grande do Norte.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Ainda de acordo com os dados do Gráfico 5, os resultados da renda per capita média, em 2000, revelam um crescimento médio no estado em torno de 46%. Esse comportamento foi semelhante em quatro territórios induzidos, que cresceram entre 42% e 48% (Mato Grande, Alto Oeste, Açu-Mossoró e Sertão do Apodi). Por sua vez, Trairi e Seridó cresceram em torno de 52% e Potengi cresceu quase 58%.

Entre 2000 e 2010, houve uma inflexão também positiva no crescimento da renda per capita em seis territórios comparativamente à média estadual. Nesse sentido, enquanto o estado registrou um crescimento médio de sua renda per capita de 55%, os territórios registraram um crescimento entre 58% e 77%. Neste mesmo período, o crescimento da renda per capita no Brasil foi de 34%.

Duas conclusões podem ser retiradas dessas constatações. Em primeiro lugar, ainda que lentamente, a renda per capita nos territórios induzidos apresenta crescimento contínuo no período analisado, especialmente nos anos 2000, quando cresce de forma mais acelerada nos territórios mais pobres, justamente aqueles que vêm recebendo maior atenção do governo federal com os programas de transferência de renda. Em segundo lugar, mesmo crescendo, inclusive superior às médias do estado e do país, ainda verifica-se o distanciamento de realidades com rendas médias mais elevadas.

Esse comportamento do aumento da renda per capita ajudou a diminuir o percentual de pobres e de extremamente pobres em todos os territórios do Rio Grande Norte. O Gráfico 6 apresenta uma trajetória de queda de 25% da população pobre do estado na década de 1990. Entretanto, essa queda foi menor nos cinco territórios de menor renda (Trairi, Potengi, Mato Grande, Alto Oeste e Sertão do Apodi), variando

de 18% a 23%. Por sua vez, Seridó e Açu-Mossoró apresentaram reduções maiores, 41% e 47% respectivamente.

Na década seguinte, 2000-2010, a redução da pobreza foi ainda mais acentuada. No estado do Rio Grande do Norte, a pobreza passou a representar, em 2010, 23,79% da população, queda de 47% ao longo da década, enquanto o Brasil possui 15,79% da população considerada pobre. Essa situação também é verificada nos territórios induzidos, apesar de ter apresentado um ritmo menor de queda nos cinco territórios de menor renda, variando de 35% a 41%. Os Territórios Seridó e Açu-Mossoró apresentaram reduções maiores, 47% e 56% respectivamente. Como resultado, notam-se dois grupos ao longo do período: (i) um formado pelos cinco territórios com patamar de pobres na casa de 35% a 41%; e (ii) outro pelo Seridó, próximo a média estadual (24%), e Açu-Mossoró com 18%, isso em 2010.

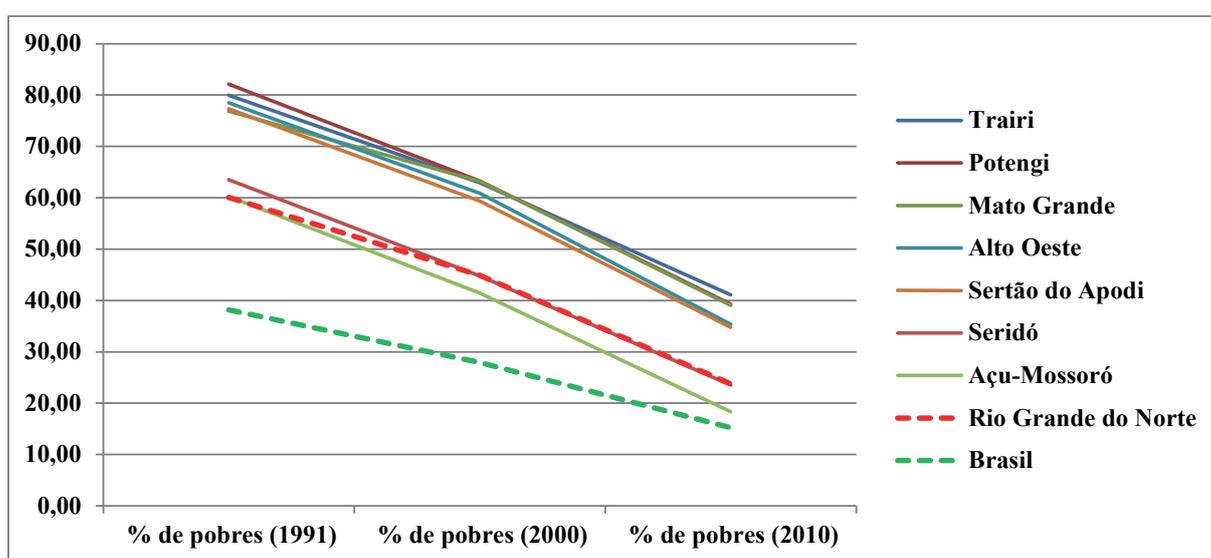


Gráfico 6 – Pobres entre 1991 e 2010 nos territórios mineiros (%).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Situação análoga ocorreu para os dados da população extremamente pobre, cujo percentual reduziu-se de 18,64%, em 1990, para 12,48%, em 2000, queda de 33%. Esse movimento acelerou-se nos anos 2000, quando o percentual de extremamente pobres atingiu 6,62% da população no ano de 2010, queda de 47% no Rio Grande do Norte (Gráfico 7). Pode-se observar também que a queda, para os sete territórios, foi menor na década de 1990, em um patamar médio de -33%, e acelerada na década de 2000, chegando ao patamar de -48%. Novamente, pode-se identificar um comportamento diferenciado para dois grupos ao longo do período: (i) um formado pelos cinco territórios com patamar de extremamente pobres na casa de 18% a 22% da população; e (ii) outro pelo Seridó, com 10%, próximo a taxa do Brasil, e pelo Açu-Mossoró, com 6,68%, próximo a média estadual, isso em 2010.

Foi por conta das características socioeconômicas apresentadas que os territórios induzidos receberam atenção especial de diversas políticas públicas. Em uma análise

da participação do Programa Bolsa Família, por exemplo, das 422.429 famílias beneficiadas no Rio Grande do Norte no ano de 2010, 246.330 foram beneficiadas pelo Programa nos recortes analisados, o que equivale a 58% do total, sendo que esses mesmos territórios reúnem 49% da população do estado. Números que evidenciam a importância do Programa Bolsa Família no combate à pobreza desses territórios.

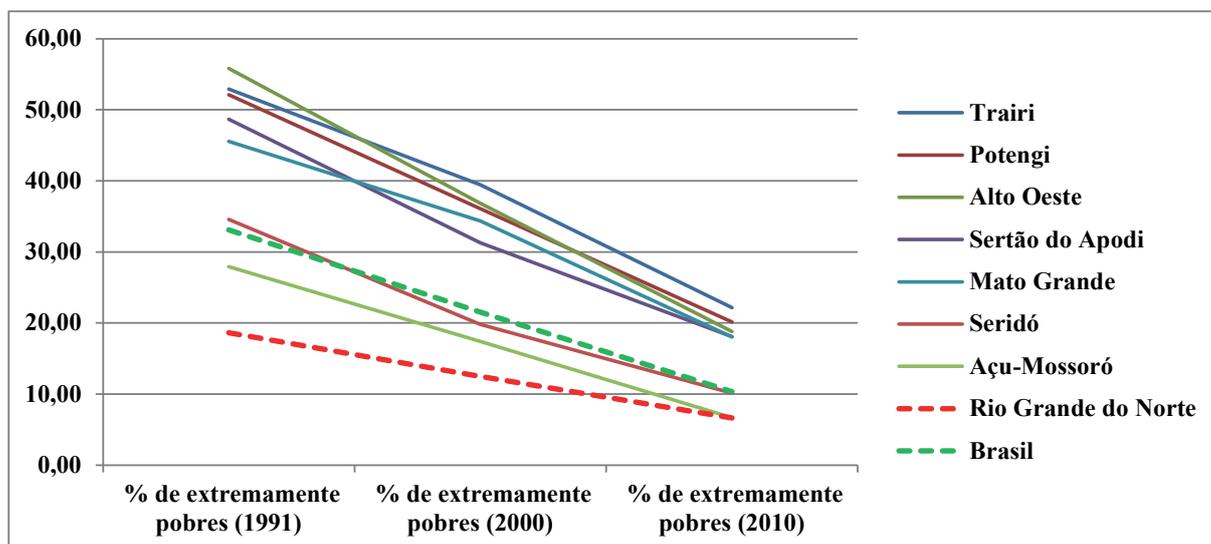


Gráfico 7 – Extremamente pobres entre 1991 e 2010 nos territórios potiguares (%).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013. Dados tabulados pelos autores.

Como pode ser observado por meio dos dados da Tabela 4, nos períodos analisados, o volume total de repasse de recursos para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nos territórios é crescente, passando de quase R\$ 113 milhões, em 2004, para mais de 379 milhões, em 2013, crescimento de 235% no período. Já o número de famílias beneficiadas cresceu significativamente menos, somente 14,5%, o que resultou no aumento expressivo do volume de recursos médios anuais por família no período. No caso do Território Alto Oeste, cada família beneficiada recebia R\$ 538,13, em 2004, e, em 2013, atingiu o patamar médio de R\$ 1.767,90. São justamente os territórios com mais baixo IDH que recebem os maiores valores médios. Logo, esse benefício tem um peso expressivo na composição da renda familiar de baixo rendimento médio.

Considerando-se uma média conservadora de quatro pessoas por família nestes territórios, o percentual de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família supera os 60% em seis territórios, dentre os quais, o Território Trairi atinge 72%. Somente o Território Açu-Mossoró permanece no patamar de 50%. Esses números demonstram, portanto, que a implementação de políticas de transferência de renda ganham enorme importância na busca do objetivo de redução da pobreza nos territórios rurais.

Territórios	Famílias beneficiadas						Valor médio anual por família (R\$)		
	2004		2010		2013		2004	2010	2013
	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)	Números	Valor (R\$)			
Alto Oeste	33.162	17.845.583,00	32.639	35.022.840,00	36.267	64.116.262,00	538,13	1.073,04	1.767,90
Mato Grande	26.771	17.650.507,00	34.360	37.918.052,00	38.497	63.288.564,00	659,31	1.103,55	1.643,99
Trairi	22.364	12.966.687,00	22.824	25.202.259,00	27.454	44.880.846,00	579,80	1.104,20	1.634,77
Sertão do Apodi	29.239	15.180.511,00	26.791	27.631.005,00	29.125	45.640.842,00	519,19	1.031,35	1.567,07
Potengi	12.208	7.025.545,00	13.142	14.111.516,00	14.869	23.098.260,00	575,49	1.073,77	1.553,45
Seridó	40.165	21.294.202,00	41.742	43.652.625,00	44.573	63.248.906,00	530,17	1.045,77	1.419,00
Açu-Mossoró	51.262	21.016.092,00	48.662	47.829.514,00	55.545	74.757.104,00	409,97	982,89	1.345,88
Total Territórios	215.171	112.979.127,00	220.160	231.367.811,00	246.330	379.030.784,00	525,07	1.050,91	1.538,71
Rio Grande do Norte	351.810	174.037.874,00	379.554	383.761.877,00	422.429	637.742.452,00	494,69	1.011,09	1.509,70
Brasil	-	5.533.257.938	-	14.366.015.610	-	22.750.781.400	-	-	-

Tabela 4 – Número de famílias beneficiadas, valor total do repasse por território e repasse médio por família no Programa Bolsa Família.

Fonte: Portal da Transparência do governo federal. Dados tabulados pelos autores.

Para melhor caracterizar esses territórios, fez-se uso de informações sobre suas atividades econômicas por meio do Valor Adicionado Bruto (VAB) e Produto Interno Bruto (PIB). Considerando-se a participação do VAB por setores, pode-se notar que, diferentemente do Brasil, houve uma tendência de crescimento na participação da Agropecuária de 2000 para 2010 no Rio Grande do Norte, passando de 2,77% para 4,22%. Esse crescimento ocorreu em todos os territórios, cuja participação é maior que a estadual no ano de 2010, variando de 4,94% (Açu-Mossoró) até 14,95% (Mato Grande) (Tabela 5).

A participação da indústria no estado e nos territórios, em relação ao total do VAB, caiu entre 2000 e 2010. No estado, a queda foi de 18,4%, saindo de 26,31% para 21,47%. Considerando-se o ano de 2010, os dados demonstram duas dinâmicas diferenciadas: (i) cinco territórios possuem participação do setor entre 8,49% (Potengi) e 10,55% (Seridó), considerado baixo em relação ao estado; e (ii) dois territórios possuem peso industrial significativo, embora registrem queda superior a 20% na participação da indústria no total do VAB, cujo percentual é de 32,36% para o território Sertão do Apodi e de 36,22% para Açu-Mossoró.

Territórios	Participação percentual (%) sobre o Valor Agregado Bruto - VAB (RN)									
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Serv. Admin.		Sev. - Sev Admin.	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Potengi	9,08	11,96	10,95	8,49	79,97	79,56	47,45	56,39	32,52	23,16
Trairi	6,46	7,93	11,12	9,71	82,42	82,36	46,90	55,38	35,52	26,98
Alto Oeste	4,84	8,70	9,40	8,09	85,76	83,22	46,58	51,57	39,18	31,64
Mato Grande	9,79	14,95	9,30	9,35	80,91	75,70	46,01	49,67	34,90	26,03
Seridó	7,13	11,02	12,21	10,55	80,66	78,43	37,82	39,77	42,84	38,66
Sertão do Apodi	5,25	6,73	42,51	32,60	52,24	60,67	28,36	37,97	23,87	22,70
Açu-Mossoró	2,55	4,94	47,84	36,22	49,61	58,84	19,61	23,27	30,00	35,57
Rio Grande do Norte	2,77	4,22	26,31	21,47	70,92	74,31	25,69	28,36	45,22	45,95
Brasil	5,60	5,30	27,73	28,07	66,67	66,63	14,93	16,20	51,74	50,43

Tabela 5 – Participação percentual sobre o Valor Agregado Bruto por setores (2000-2010).

Fonte: SIDRA/IBGE. Dados tabulados pelos autores.

Quanto ao setor de serviços, cinco territórios (Potengi, Trairi, Alto Oeste, Mato Grande e Seridó) registraram participação maior do que o estado (74,31%) em relação ao VAB total no ano de 2010. Nestes territórios, a participação do componente serviços administrados, ou seja, o peso do setor público na composição do setor, ficou bem acima da média registrada no Rio Grande do Norte (28,36%), com destaque para o Território Potengi, que chegou a 56,39%. Os Territórios Sertão do Apodi e Açú-Mossoró apresentam, no setor de serviços, uma participação de 60,67% e 58,84% respectivamente.

Em relação ao comportamento do PIB nos territórios analisados, deve-se observar sua baixa participação no total do estado (Tabela 6). A exceção se dá no território Açú-Mossoró, que possui 14,38% da população do Rio Grande do Norte e contribui com 17,11% do PIB. Todos os outros registram maior participação da população e menor participação no PIB. Aliado ao fato da baixa representatividade do PIB em relação ao estado, o que se verifica é que entre 2000 e 2010, dos sete territórios analisados, cinco apresentaram taxa de crescimento anual menor que a estadual (4,69%), sendo que o Território Potengi cresceu a uma taxa de apenas 2,18%. Por sua vez, Mato Grande e Açú-Mossoró cresceram acima da taxa estadual, 5,26% e 4,91% respectivamente.

Territórios	PIB Nominal 2000 (Mil Reais)	PIB Nominal 2010 (Mil Reais)	PIB 2000 a valores de 2010 (Mil Reais)	Taxa de cresc. do PIB 2000-10	Pop. em relação ao Estado 2010 (%)	PIB em relação ao Estado 2010 (%)
Sertão do Apodi	406.099	1.129.180	910.455	2,18	4,96	3,49
Potengi	125.734	417.067	281.890	4,00	2,54	1,29
Trairi	204.643	693.724	458.800	4,22	4,48	2,15
Seridó	588.151	1.999.804	1.318.607	4,25	9,33	6,18
Alto Oeste	305.107	1.052.047	684.036	4,40	6,20	3,25
Açú-Mossoró	1.528.398	5.534.689	3.426.596	4,91	14,38	17,11
Mato Grande	342.418	1.281.565	767.685	5,26	7,16	3,96
Total Territórios	3.500.550	12.108.076	7.848.069	4,43	44,05	37,44
Rio Grande do Norte	9.119.808	32.338.895	20.446.181	4,69	-	-
Brasil	1.179.482.000	3.770.084.872	2.644.343.208	3,61	-	-

Tabela 6 – Comportamento do PIB entre 2000 e 2010 nos territórios analisados.

Fonte: SIDRA/IBGE. Dados tabulados pelos autores.

No conjunto, tomando-se como parâmetro os dados da Tabela 5 e 6, pode-se caracterizar que os territórios rurais menos dinâmicos, isto em relação ao comportamento do VAB, são os que possuem maior participação no setor agropecuário, baixa participação da indústria e maior participação do setor de serviços, com grande peso dos serviços administrados, como pode ser exemplificado no Território Potengi. Por sua vez, os dois territórios mais dinâmicos possuem elevada participação da Indústria e menor participação dos serviços administrados. Em relação ao PIB, a dinâmica dos territórios “deprimidos” é menor que a média estadual. Assim, em termos econômicos, tais territórios não melhoraram sua participação em relação ao estado na década.

5 | À GUIA DE CONCLUSÃO

De posse do que foi apresentado, verifica-se que as políticas territoriais (Pronat e PTC) em conjunto com outras políticas sociais beneficiaram os municípios socioeconomicamente mais fragilizados do estado. Além disso, são justamente os territórios mais pobres que vêm melhorando suas trajetórias de qualidade de vida nos anos 2000, com ritmo de crescimento acima da média estadual.

Em relação à composição, identifica-se, por um lado, grande variação no número de municípios participantes destes territórios e dimensões variadas entre os territórios. Por outro lado, verifica-se grande peso da população rural, com reduzido êxodo rural e taxas positivas de crescimento rural em alguns municípios, o que reforça a caracterização de territórios rurais.

Embora o IDH dos territórios fique abaixo da média estadual, verificou-se aumento nos territórios acima da trajetória estadual, especialmente nos mais pobres, o que pode ser explicado pela melhora de alguns indicadores, dentre os quais, a longevidade, renda, educação e de serviços públicos ofertados aos domicílios.

Em termos econômicos, a renda per capita dos mais pobres vem crescendo em maior proporção que o ritmo do estado, especialmente nos anos 2000. Isto fica ainda mais evidente nos territórios rurais mais pobres e que possuem elevada participação do Programa Bolsa Família. Os dados também registram queda no percentual de pobres e de extremamente pobres, ainda que abaixo dos indicadores estaduais.

Os territórios rurais menos dinâmicos são os que possuem elevada participação do setor de serviços na composição do VAB, com grande peso dos serviços administrados, baixa participação da produção industrial e relativo peso da atividade agropecuária. Em relação ao comportamento do PIB, deve-se observar sua baixa participação no total do estado, sendo que cinco territórios apresentaram taxas de crescimento abaixo da média estadual nos anos 2000.

Conclui-se, portanto, que, em termos sociais, ocorreu uma lenta redução das assimetrias regionais nos territórios mais pobres, fruto de um conjunto de políticas públicas que se intensificou nos anos 2000 e vem propiciando melhor qualidade de vida. Apesar disso, o desempenho econômico desses territórios fica aquém da média estadual e reclamam maior atenção quanto aos investimentos realizados em seus territórios. Ademais, adverte-se que, não obstante às possibilidades que o estudo possibilita, fazem-se necessárias maiores comprovações teóricas e empíricas, algo que será feito em uma agenda de pesquisa mais ampla, que visa analisar os resultados das políticas territoriais rurais nos estados brasileiros.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Realização: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 20 de outubro de 2014.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: Cocco, G.; Urani, A.; Galvão, A. P. (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999. p. 33-43.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Apresenta informações sobre o Ministério e suas atividades. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2014.

_____. Portal da Transparência. Reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação de recursos federais no Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

LEITE, S. P. Governança das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: Moreira, R. J.; Bruno, R. (Orgs.). 2010. **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad X/Edur, 2010.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 275-300, abr-jun. 2007.

_____. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea, 2008; Uberlândia: EDUFU, 2008.

PEREIRA, J.M.M. O Banco Mundial como ator político, financeiro e intelectual (1944-2008). 2009. 382 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2009.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia. **A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

SIDRA/IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 29 de outubro de 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-131-2



9 788572 471312